SEM SALÁRIO, NÃO HÁ TRABALHO!

O governo do Estado continua desafiando os servidores públicos. Primeiro com a comemoração realizada logo após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no último dia 14, com reajuste zero ao funcionalismo, mostrando seu total descaso com os servidores e os serviços públicos disponibilizados à população. E, em segundo, com o anúncio do parcelamento de salários.

Todas as ações que o CPERS fez em busca de diálogo e negociação não avançaram. Agora, o governo demonstra a razão: o objetivo é atacar os direitos dos servidores públicos e desmantelar o Estado e os serviços públicos na busca incessante da retomada do projeto Britto que, no passado, foi amplamente rejeitado pelo povo gaúcho.

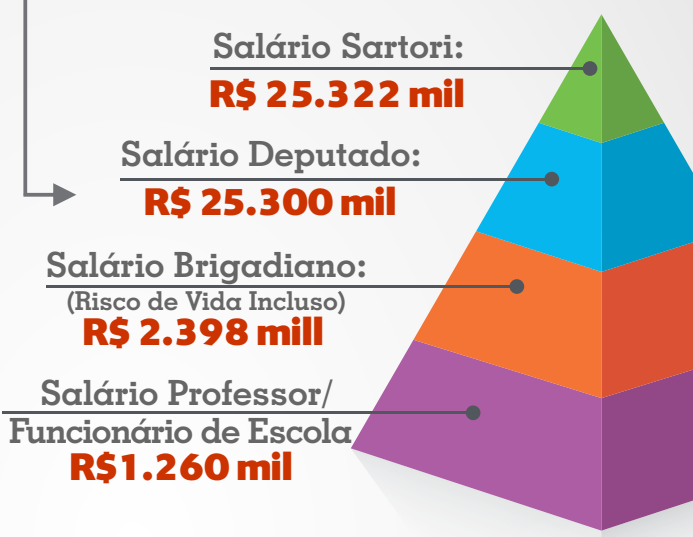
O desrespeito do governador Sartori com a nossa categoria nos leva a reafirmar o que já afirmamos meses atrás: sem salário, não há trabalho.

O parcelamento de salário é uma tentativa do governo de desviar o nosso foco do PL 206, que será o desmonte do serviço público no Rio Grande do Sul. O governo está jogando os servidores para uma greve e nós, educadores, devemos, desde já, começar a discutir com muita força, nas escolas, o não reinício das aulas no segundo semestre.

Sartori não nos deixa outro caminho: a greve unificada dos servidores públicos!

O governador Sartori afirma, desde sua campanha ao governo, que o Estado não tem dinheiro para pagar o Piso Salarial do Magistério. No entanto, uma das primeiras providências que tomou logo após assumir foi aumentar seu próprio salário, do seu vice e secretários.

Desde o início do governo, Sartori e sua cúpula afirmam que o Rio Grande do Sul enfrenta uma séria crise financeira. Se de fato a crise existe na proporção que o governo aponta, é preciso mostrar caminhos para enfrentá-la. E isso não está ocorrendo. O governo tenta, a todo momento, colocar a culpa do déficit financeiro do Estado nas costas dos servidores públicos. O CPERS, junto as demais entidades representantes do funcionalismo público estadual, repudia essa afirmação. Não podemos ser penalizados pela crise anunciada pelo governo. Ao contrário de Sartori e sua equipe, as entidades apontam caminhos para reverter o atual cenário financeiro no RS. É preciso acabar com as isenções fiscais e combater a sonegação que, somente em 2015, retirou 3,5 bilhões dos cofres do Estado para a União. Por ano chega-se a 7 bilhões. Enquanto isso não for feito, os servidores e toda a sociedade gaúcha serão penalizados.



CPERS
SINDICATO FILIADO À CNTE